

timor leste

COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE

PUBLICAÇÃO MENSAL ANO XIV PREÇO AVULSO: 120\$00 Nº 152 SETEMBRO 1998

TIMOR LESTE: PERSPECTIVAS PARA UMA ECONOMIA INDEPENDENTE (I)

A elite timorense começa a debater as perspectivas de um Timor Leste independente. Um debate que promete desabrochar nos próximos tempos.

A crise económica, política e social por que está a passar a sociedade indonésia abriu novas perspectivas na resolução da chamada questão de Timor Leste e tornou mais próximo o ambicionado desejo de independência do seu povo. Esta proximidade veio colocar na ordem do dia o debate sobre os desafios que se colocam a um Timor Leste independente.

Timor Link, uma publicação do britânico *Catholic Institute of International Relations*, abriu, na sua edição de Junho deste ano, as suas páginas a uma abordagem deste tema por parte de um economista timorense formado em Jacarta.

Por considerarmos que este debate é crucial na actual fase do processo de libertação do povo timorense, associamo-nos traduzindo este artigo na íntegra para as páginas do nosso boletim, incluindo a introdução do próprio *Timor Link*.

A transição da situação de 'província' da Indonésia para um Estado independente colocará desafios enormes a Timor Leste. Para além das questões da Constituição, da Carta de Direitos e da estrutura do novo governo, o país terá de escolher um modelo macro-económico apropriado. Se Timor Leste se tornasse independente amanhã, o seu governo enfrentaria uma tarefa titânica: a reconstrução e o desenvolvimento de uma economia virtualmente a partir do zero. Um economista timorense, sob a condição de anonimato por motivos de segurança, traça na edição n.º 43 de *Timor Link* (Junho 1998) a situação actual dos sectores agrícola e industrial do território, propondo ainda algumas medidas para a sua reabilitação. De notar

que a redacção deste artigo é anterior à queda de Suharto e aos acontecimentos políticos, económicos e sociais que se lhe seguiram.

I. INTRODUÇÃO

Pequenas economias da Ásia Oriental e do Pacífico têm demonstrado a viabilidade do crescimento em situações desfavoráveis. Singapura é um exemplo. Em 1965, após abandonar a federação com a Malásia, o governo de Singapura decidiu transformar o seu pequeno e pobre território e avançar rapidamente para uma estratégia de industrialização orientada para as exportações. Desde 1987, Singapura é um centro regional de serviços, caracterizado por uma industrialização de elevado nível tecnológico.

A economia da Formosa no pós-guerra também se tornou próspera quando o país liberalizou o seu mercado; também a Coreia do Sul conheceu uma profunda transformação nos anos sessenta, transformando capital em indústria, expandindo esse capital e criando condições para a sua acumulação. Hong-Kong atingiu rapidamente a capacidade exportadora, construindo a sua economia sobre um entreposto comercial (porto de transbordo) e manufacturas de mão-de-obra barata.

Nos novos países industrializados (NPI), o Estado - habitualmente fortemente coercivo, relativamente independente dos sectores sociais e capaz de reestruturar a sociedade e dirigir o mercado - desempenhou um papel de liderança na industrialização das economias.

Os pequenos Estados da Europa ocidental, por outro lado, cresceram explorando nichos de mercado. A Noruega desenvolveu a indústria naval, a Suíça estabeleceu uma indústria de alta tecnologia e serviços financeiros, a Suécia e a Finlândia expandiram as suas indústrias manufactureiras de elevada tecnologia e altamente especializadas.

No Pacífico, Fidji embarcou numa economia orientada pelo mercado, que cresceu e se diversificou após os golpes de Estado de 1987, baseada essencialmente na agro-indústria (açúcar), turismo e manufactura ligeira (vestuário). Tonga e a Samoa Ocidental, por

neste número:

**TIMOR LESTE: PERSPECTIVAS PARA
UMA ECONOMIA INDEPENDENTE**

seu turno, seguiram um modelo de subsistência, produzindo bens agrícolas como o cacau, a baunilha e vegetais diversos.

No curto prazo, Timor Leste não pode imitar a capacidade exportadora dos NPI ou dos pequenos Estados da Europa Ocidental: o nível de qualificação dos timorenses é baixo, o mercado interno é muito reduzido e o capital escasseia - tudo características de pequenos Estados subdesenvolvidos. Contudo, os governos de alguns deles conseguiram desenvolver nichos industriais e atrair para eles o capital estrangeiro.

Timor Leste tem de constituir um nível mínimo de reservas de divisas estrangeiras ou de ganhos de exportação per capita, para que possa sobreviver como país num horizonte de médio e longo prazo, respondendo a alterações nos mercados globais e com um crescimento económico sustentado.

Segundo Myint (1984: 222), "os países que expandiram as suas exportações revelaram também a tendência para conhecer um rápido crescimento económico. Foram estabelecidas correlações significativas entre o crescimento das exportações e o crescimento do rendimento nacional, nos países subdesenvolvidos".

No longo prazo, Timor Leste tem de adoptar para a sua economia um modelo faseado de promoção das exportações.

Embora possa parecer desadequado a um país subdesenvolvido cuja população depende da agricultura de subsistência, a implantação de um conjunto de reformas ao longo de 20-30 anos permitiria desenvolver a economia de Timor Leste segundo um modelo exportador baseado na manufactura e na indústria. Para que tal seja possível, há que criar um excedente da produção primária em Timor, bem como efectuar mudanças estruturais no sentido de tornar possível a comercialização desse excedente.

No curto prazo, a prioridade deve ser dada à reestruturação e expansão do sector agrícola. Para tanto, há que proceder a uma reforma agrária e a um incremento das produções alimentares e de rendimento. Estas alterações provocarão um aumento das exportações do sector agrícola, abrindo o país aos mercados globais, expandindo as reservas de divisas e criando emprego.

No médio prazo, Timor Leste terá também de desenvolver a sua base manufactureira e industrial, o que poderá ser dificultado pela reduzida dimensão da sua população (a população esperada para daqui a 30 anos é de dois milhões e meio de pessoas).

A economia crescerá mais rapidamente se as receitas do petróleo e gás natural afluírem ao território. A taxa de crescimento dependerá do afluxo de capital estrangeiro e do investimento em recursos humanos; no médio prazo haverá algum equilíbrio entre a poupança doméstica e o investimento, uma vez que o governo terá que desempenhar um papel activo na transformação e reestruturação da economia.

2. PEMBANGUNAN - ÊXITOS E FRACASSOS

Na segunda metade da década de 70 o governo indonésio introduziu o seu modelo de desenvolvimento económico, denominado pembangunan [desenvolvimento, em indonésio], visando trazer a 'civilização' e o 'progresso' a Timor Leste. Na sua tentativa de ultrapassar a pobreza, a iliteracia e o atraso herdados do colonialismo português, o governo procurou promover um rápido crescimento económico.

O pembangunan foi executado em quatro fases distintas:

1) Reabilitação (1976-77): envolveu uma doutrinação política maciça, bem como operações de segurança em larga escala; o Bahasa Indonesia, a língua oficial indonésia, foi introduzido para acelerar a integração.

2) Consolidação (1977-78): milhares de timorenses foram deslocados para campos de concentração; como consequência, a

produção agrícola e a criação de gado entraram em declínio.

3) Estabilização (1978-79): foram levadas a cabo operações militares maciças; aproximadamente duzentos mil civis perderam a vida em consequência de massacres nos campos de concentração, da fome e de epidemias.

4) Desenvolvimento de curto prazo (1979-84): foram construídas novas estradas para viabilizar operações militares, bem como escolas para ensinar a língua, a história, a cultura e a ideologia indonésias.

Desde então, Timor Leste conheceu três planos quinquenais, com início em 1984, 1989 e 1994.

Entre 1976 e 1996, aproximadamente 2,5 biliões de dólares [cerca de 425 milhões de contos, ao câmbio actual] foram gastos para levar a cabo a 'missão civilizadora'. O governo indonésio cultivava a imagem de um território anteriormente negligenciado pelas autoridades portuguesas, mas que beneficiava agora de um forte investimento.

Segundo as estatísticas indonésias, os resultados são impressionantes: a taxa de crescimento económico foi, em média, de 8% ao ano entre 1980 e 1992; o Produto Interno Bruto per capita passou de 60 USD em 1975 para 80 USD em 1991, crescendo a uma média de 4,5% ao ano entre 1980 e 1990; foram construídos cerca de 1400 quilómetros de estradas, elevando o total territorial para 3795 quilómetros, ligando todos os distritos e sub-distritos à capital; foram construídas 579 escolas primárias, 71 secundárias, um politécnico, uma universidade e vários centros de saúde (Bappeda dan Statistik 1991; 1992; Soesastro 1991; Saldanha 1995).

Contudo, o crescimento económico foi acompanhado por diversos problemas, desde a degradação ambiental resultante da desflorestação (visando permitir o combate à guerrilha timorense por parte dos militares), à propriedade monopolista das antigas plantações de café portuguesas ou à migração maciça das populações para o interior.

Timor Leste tornou-se tão dependente dos recursos financeiros e técnicos de Jacarta que todas as decisões-chave nos campos financeiro e político foram transferidas para as instituições administrativas na capital indonésia. Isto conduziu à dependência dos subsídios de Jacarta e concentrou o poder no nível administrativo provincial.

Sob o pembangunan, o governo fornece os bens e creê saber o que é melhor para o futuro da região. Os programas são impostos independentemente das necessidades locais, gerando com frequência rendimentos adicionais para os contratantes e para as entidades governamentais. A população local raramente participa nas decisões respeitantes ao seu próprio desenvolvimento, apesar de as autoridades reclamarem uma aproximação às bases.

Hoje em dia, os naturais ocupam a generalidade das posições no clero e lugares inferiores da hierarquia, controlando os imigrantes indonésios as posições chave na administração e na economia. O capital concentra-se no desenvolvimento das infra-estruturas materiais dos centros urbanos - escolas, hospitais, fornecimento de água e comunicações.

São projectos intensivos em capital, de manutenção onerosa e que pouco acrescentam ao rendimento do território. Mais de 30% do orçamento total para o desenvolvimento tem sido atribuído à construção, transportes e comunicações, apesar destes sectores absorverem apenas 1,7% da força de trabalho em 1992 (Bappeda 1993).

Apesar do crescimento impressionante do número de escolas, a qualidade global da educação em Timor Leste continua muito fraca: os laboratórios e as bibliotecas, quando existem, estão desactualizados e não existe um número suficiente de professores qualificados. Sessões de 'reeducação política' têm lugar em todas estas escolas, onde é ensinada aos timorenses a reverência pela liderança nacional - a lealdade ao regime de Jacarta. Existe também uma grande escassez de pessoal qualificado para responder às necessidades económicas.

A economia de Timor Leste assemelha-se às de numerosas pequenas

ilhas que se tornaram independentes de regimes coloniais. A agricultura representa quase 40% do PIB, a administração e a defesa outros 20%, a construção 18% e o comércio 10%. O turismo, antigamente próspero em Timor Leste, entrou em colapso; a produção industrial é inexistente. De 1983 a 1996, a indústria representou menos de 2% do PIB.

As exportações representam apenas 6% do PIB e menos de 3% do orçamento do território.

O café, a exportação mais consistente de Timor Leste, estava até há bem pouco tempo nas mãos de uma empresa controlada pelos militares, a PT Denok Hernandes Indonesia; actualmente, as grandes plantações de café deixadas pela portuguesa Sociedade Agrícola Pátria e Trabalho (SAPT) e as pequenas culturas antes propriedade de pequenos e médios agricultores constituem monopólio dos fantoches de Suharto, sob a capa de diferentes empresas. Com excepção da fazenda pertencente a Mário Carrascalão, o ex-governador nomeado pela Indonésia, nenhuma das pequenas plantações foi devolvida aos seus antigos proprietários.

Existe também uma monopolização do comércio de rua. Estudos recentes (Mubyarto et al 1990; Saldanha 1995) mostram que mais de 90% deste comércio e quase 80% das empresas de maior dimensão, estão nas mãos dos imigrantes indonésios. Dada a falta de capacidade de empreendimento e gestão das empresas timorenses, não é de admirar que os projectos governamentais que lhes são atribuídos sejam subcontratados a empresas pertencentes a imigrantes indonésios.

Como resultado, grande parte dos timorenses vive na pobreza absoluta. No início da década de 90, quase 53% das crianças com menos de cinco anos sofria de má nutrição; 10% dos adultos tinha anemia, resultante de carências de ferro, provocando inanição e uma reduzida resistência às doenças nos adultos e um retardamento do crescimento nas crianças. O Relatório da População Mundial publicado em 1996 pelo Fundo das Nações Unidas para a População revela que Timor Leste tinha a maior taxa de mortalidade infantil entre os trinta países e territórios menos avançados (PMA), com 135 por mil nascimentos (contra 13 por mil em 1953, à data abaixo da média para um território subdesenvolvido) (Felgas 1956: 192). E isto apesar de um aumento do número de médicos e equipamentos de saúde.

Timor Leste tinha também a mais baixa esperança média de vida entre os mesmos países (48,4 anos para as mulheres e 46,7 para os homens), enquanto a iliteracia dos adultos se mantinha na casa dos 60%. Em termos de rendimento per capita, saúde, educação, acesso à água e habitação condigna, 48% dos timorenses viviam ainda em 1993 abaixo da linha de pobreza, sendo 71% das aldeias classificadas como 'pobres' (desa tertinggal em indonésio) segundo as tabelas do Serviço Nacional de Planeamento da Indonésia (BAPPENAS).

A destruição sistemática das florestas tem sido um dos impedimentos maiores ao desenvolvimento económico e social de Timor Leste. A desflorestação acelerou a erosão, provocando desabamentos de terras e empobrecendo os solos, reduzindo assim a capacidade da terra para suportar a vida humana num futuro próximo. Não foi levado a cabo qualquer tipo de reflorestação nas zonas afectadas.

3. O PAPEL DO ESTADO NUM MODELO DE PROMOÇÃO BASEADA NAS EXPORTAÇÕES

As políticas macro-económicas que se revelaram tão importantes nos NPI não podem ser aplicadas em Timor Leste por duas ordens de razões.

Em primeiro lugar, o pembangunan desequilibró a economia de Timor Leste, o que pesará fortemente sobre o processo de transição. Em segundo lugar, Timor não tem nem uma mão-de-obra qualificada, nem uma classe empresarial; a economia nunca esteve exposta a uma

cultura industrial. Estes factos contribuem para aumentar o volume de investimento necessário no curto prazo e para limitar o consumo privado. Isto não significa que Timor Leste deva necessariamente optar por um modelo de desenvolvimento económico de auto-suficiência alimentar, como os seguidos por Tonga e pela Samoa Ocidental.

A tentativa de assegurar a auto-suficiência alimentar, conforme sugerido por Soesastro (1991) e Saldanha (1995), poderia conduzir Timor Leste à dependência face aos países vizinhos em caso de queda nos volumes de colheita nacionais. Alternativamente, se os preços internacionais das mercadorias se mantiverem baixos, a via da auto-suficiência poderia conduzir a uma baixa produtividade, impedindo o acesso dos agricultores aos bens manufacturados necessários para a produção agrícola ou para a sua vida diária.

Assim, a produção agrícola deve ser fomentada para cobrir as necessidades alimentares, mas a agricultura deve ser desenvolvida para produzir o excedente necessário para acelerar o crescimento económico.

Aquando da independência, a maioria dos agricultores timorenses procurará novas tecnologias de plantação, o que requererá um forte incremento em terra e investigação. O papel do Estado será crucial na promoção da produção agrícola, mantendo e revitalizando as produções de elevado valor acrescentado e expandindo a capacidade de produção real. Os pequenos proprietários, anteriormente limitados às suas culturas de subsistência, terão de ser inseridos nos mercados globais de comercialização agrícola.

Por outras palavras, Timor Leste terá que se concentrar na exportação dos produtos agrícolas em que tem, ou possa vir a ter, uma vantagem comparativa, afastando-se gradualmente da produção de subsistência através do desenvolvimento e diversificação dos seus produtos.

A. A primeira prioridade: reforma agrária e expansão agrícola

1. Reforma agrária

Antes da invasão indonésia não existia propriedade fundiária em Timor Leste. Cada agregado familiar (geralmente cinco a seis pessoas) podia cultivar uma parcela de terra (no máximo, três hectares) para autoconsumo, numa área que permanecia propriedade comunitária. Oliurai (o chefe tradicional) tinha de conceder a sua permissão antes que a terra pudesse ser cultivada. Em troca, cada agricultor tinha de pagar o rai teen (cerca de 10% da produção) e prestar serviço ao liurai. A quinta do liurai era cultivada com recurso ao trabalho destes agricultores. A maioria da população tinha que se esforçar para garantir o sustento, produzindo por vezes o suficiente para comercializar o excedente nos mercados da vizinhança. Esta prática permitia aos agricultores manterem-se nas mesmas terras durante muitos anos.

Com a chegada dos colonizadores portugueses estabeleceram-se plantações, nomeadamente de café, borracha e cacau. O café era a matéria-prima mais rentável. Até finais dos anos 60, 40% do café era produzido pela SAPT, 10% por 'senhores da terra' (mestiços, europeus, timorenses letrados ou os liurais), e 50% por pequenos proprietários (Thomaz 1994: 677).

Contudo, esta prática foi alterada pelo esquema de deslocação de pessoas indonésias, que desenraizou a maioria dos timorenses das suas knua (aldeias tradicionais) e to'os (jardins) com consequências adversas para a produção agrícola, mas favoráveis para os novos latifundiários. Os timorenses foram deslocados para ambientes frágeis na costa norte, onde cada agregado familiar tinha uma minúscula parcela de terra nas traseiras de uma pequena casa construída pelos militares e pelo governo local. Estes agregados não produzem sequer o necessário

para garantir a auto-suficiência. Entretanto, a coesão social das aldeias foi quebrada, provocando disputas de terras e incerteza quanto à propriedade das mesmas. A produtividade é tão baixa que a maior parte da produção é consumida e não comercializada. É portanto difícil acumular capital.

Se se pretender revitalizar e expandir a agricultura com fins comerciais, a população tem de ser autorizada a regressar às suas knua e to'os. É imperativo que cada família rural possa pelo menos alimentar-se e produzir algum tipo de cultura ou de artefactos geradores de rendimento, para que tenham acesso à compra de bens de consumo. Isto só é possível com uma parcela de terra suficientemente grande e direitos de propriedade bem definidos.

A reforma agrária é crucial se se pretende afastar da agricultura os 'senhores da terra' e criar um conjunto significativo de agricultores-proprietários - a base da agricultura comercial e de uma maior equidade. Esta estratégia deve ser adoptada a nível político e económico. A reforma agrária pode conduzir ao crescimento económico sustentável no longo prazo, aumentando a eficácia do sector agrícola. Por exemplo o Japão, a Coreia e a Formosa implantaram reformas agrárias profundas antes de embarcarem em processos de industrialização (Banco Mundial 1993: 159).

2. Expansão agrícola

Mas a reforma agrária por si só não garante um aumento da produção agrícola suficientemente grande para gerar rendimento, a menos que os camponeses queiram e possam produzir culturas alimentares em quantidade suficiente para alimentarem as suas famílias e expandirem a sua produção de culturas de rendimento de forma a gerarem um excedente.

A. Culturas de rendimento

A contribuição das culturas de rendimento para o crescimento económico é resumida num artigo de Maxwell e Fernando (1989). Eles argumentam que as culturas de rendimento podem aumentar os proveitos dos agregados familiares e nacional ao explorarem as suas vantagens comparativas. Os excedentes são assim maximizados, atraindo o capital estrangeiro tão necessário para acelerar o crescimento económico nos países pequenos.

Neste artigo não abordamos todos os produtos primários de Timor Leste, mas mencionamos o café, o cacau e o sândalo. Dado o frágil ecossistema e o clima de monção, Timor Leste não deveria desenvolver para rendimento culturas madeireiras.

Café: as plantações de café foram inicialmente introduzidas pelos colonizadores portugueses em finais do séc. XVIII em Ermera (60%), Manufahi (13%), Ainaro (10%), Bobonaro (9%) e Liquiça (8%), cobrindo uma área de aproximadamente 78.000 hectares. O café tem sido a cultura mais fiável em Timor Leste desde finais do séc. XIX, tornando o território conhecido pela alta qualidade da sua Arábica, uma das duas espécies cultivadas em Timor - a outra é a Robusta (24%). Mais de 90% das receitas de exportação de Timor provêm do café. Entre 1987 e 1990, por exemplo, as exportações de café contribuíram com cerca de 12,5 milhões de dólares [cerca de 2,1 milhões de contos, ao câmbio actual] para as receitas em divisas estrangeiras (Departemen Pertanian 1991: 20).

Apesar das condições climáticas favoráveis, do solo fértil e da mão-de-obra barata de Timor Leste, a produtividade manteve-se baixa

(cerca de 145 Kg por hectare). Tal facto fica a dever-se a dois motivos.

Pimeiro, a invasão indonésia provocou a destruição de 27.000 hectares de plantações entre 1975 e o início dos anos 80, sem que tal estrago tenha desde então sido reparado.

Em segundo lugar, os esforços dispendidos não foram suficientes para reabilitar as envelhecidas plantas de café. Presumivelmente, umas das razões para o pouco interesse revelado pela PT Denok Hernandes Indonesia e por outras empresas em investirem o seu capital na renovação e rejuvenescimento da cultura é a incerteza quanto aos lucros a gerar no futuro pelas plantações, apesar da área de cultivo dedicada à produção do café poder ser expandida, a médio prazo, em 60% nos distritos que o cultivam.

Desde 1996, emergiram novos pequenos e médios proprietários de café, exportando pequenas quantidades. No entanto, a maior parte é ainda produzida, processada e comercializada pelos grandes 'senhores da terra'. A área total de cultivo dos pequenos proprietários é de 34.000 hectares, distribuídos por cinco distritos: Ermera, Liquiça, Aileu, Ainaro e Manufahi.

Os pequenos e médios produtores de café apoiados por uma organização americana, a National Cooperative Business Association (NCBA), exportaram, em 1997, 500 toneladas (10% da produção total) para os Estados Unidos, Europa, Rússia e Japão. Antecipa-se a exportação adicional de 1.000 toneladas para estes países no decurso do corrente ano, bem como um aumento gradual nos anos seguintes. O capital gerado pelas exportações de café tem sido investido na melhoria da qualidade do produto.

As organizações não governamentais (ONG) e os bancos deveriam disponibilizar crédito aos camponeses, permitindo-lhes assim adquirir terras mais adequadas para o cultivo do café. Ao mesmo tempo, o governo deveria emitir títulos de propriedade da terra. O crédito deveria ser acessível aos agricultores que quisessem plantar leguminosas como a Acácia. Tais plantas funcionam como fixadoras do azoto, aceleram a reflorestação, fornecem sombra às plantas do café e aumentam a fertilidade dos solos.

As áreas onde a reflorestação se revela mais urgente são Díli, Liquiça e Baucau no Norte, e Covalima, Manatuto e Viqueque no Sul. Estas áreas precisam de uma cobertura florestal de mais de 40% para proteger os recursos aquáticos para consumo doméstico e irrigação das terras agrícolas e do solo superficial.

Sândalo e outras culturas: A dependência total das receitas de exportação do café deixaria Timor Leste vulnerável às flutuações dos preços internacionais do produto. O sândalo e o cacau são também matérias-primas potencialmente exportáveis.

As receitas em divisas externas originadas pelo sândalo são desconhecidas, uma vez que a empresa PT Scent Indonesia monopolizou a extracção, processamento e comercialização deste produto. A produção foi severamente afectada pela invasão indonésia e pela sobre-exploração.

Contudo, paralelamente ao cacau, o sândalo é uma cultura de elevado rendimento bem conhecida dos agricultores timorenses. As árvores do sândalo poderiam voltar a ser plantadas em pequenas parcelas, enquanto a cultura do cacau poderia ser consideravelmente alargada - actualmente ela cobre apenas 283 hectares. Sendo intensivas em trabalho, o aumento da produção das culturas de rendimento ajudaria também a reduzir a taxa de desemprego.»

Conclui no próximo número.